
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

QUANTO DÓI E O QUE CONSTRÓI UMA SAUDADE

Patrícia da Silva Cardoso¹ (UFPR)

RESUMO: Tendo como elemento central o par de amantes Pedro e Inês, a proposta deste artigo é discutir o lugar ocupado pela saudade, enquanto tema e questão, no imaginário cultural e literário contemporâneo em Portugal, a partir da articulação de alguns posicionamentos observados na crítica e na produção literária, nomeadamente de Eduardo Lourenço e Nuno Júdice.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; saudade; Eduardo Lourenço; Nuno Júdice.

I

Em *Da literatura como interpretação de Portugal*, um artigo hoje clássico, Eduardo Lourenço se vê às voltas com a saudade, mais que uma palavra, um conceito que há muito tem sido encarado como a base da identidade cultural portuguesa. Em seu artigo Lourenço ressalta o lado positivo do conceito, num esforço para retirá-lo do contexto de apatia e resignação em que frequentemente é inscrito, transferindo-o para um outro, seu oposto, em que passa a ser associado a todo tipo de ação transformadora. Assim, resumindo o que ele crê que seja o movimento saudosista, tal como idealizado pelo escritor Teixeira de Pascoaes, diz o autor:

Mais importante que ter *sido* ou ter *tido* Império, mais decisivo que haver usufruído riquezas mortas, ou até ter sido actores de uma gesta científica que podíamos ter tido num grau e esplendor que não tivemos, é para Pascoaes o haver interiorizado como alma da nossa alma o sentimento obscuro mas

¹ cardoso.psilva@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/2429494546901269>

iluminante dessa visão positiva da *vida como sonho que se sabe sonho* mas que no interior desse sentimento se recupera como *criadora saudade*, desejo de um Desejo que jamais tomará a forma de uma possessão idolátrica, subtraindo-nos assim, de raiz à tentação moderna por excelência, a de Fausto: *saber, poder* para *reinar* sobre a Natureza e os Outros. É nesse sentido que Pascoaes nos outorga e se outorga o estatuto de Povo-Saudoso, quer dizer, de povo que apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e outra exige a promessa da vida. (Lourenço 1992: 102-103)

O trecho é exemplar da complexidade que envolve o conceito de saudade. Lourenço ressalta que o *Povo-Saudoso* faz uso dessa imagem-símbolo num sentido essencialmente projetivo, como se do passado dependesse o lançamento das bases para a constituição do futuro. Essa perspectiva, presente já na arguta e delicada caracterização de D. Duarte no *Leal conselheiro* (cap. XXV - intitulado “Do nojo, pesar, desprazer, aborrecimento e saudade”), dá ao conceito um caráter dialético que habitualmente não lhe é conferido, o que incide na constituição da imagem coletiva. Longe de remeter para uma relação complexa entre passado e futuro, o conceito de saudade tende a ser compreendido como reflexo de um apego demasiado ao passado e nenhum interesse pelo futuro, o que implica em que a assunção da imagem de *Povo-Saudoso* pelos portugueses seja confundida com a de *Povo-Retrógrado*, carente de complexidade. O mais grave nesse processo seria a aceitação, por parte da coletividade portuguesa, da prevalência da segunda imagem sobre a primeira. O próprio Lourenço deixa isso indicado quando termina o mesmo artigo com uma conclamação:

Aceitemo-nos com a carga inteira do nosso passado que de qualquer modo continuará a navegar dentro de nós. Mas não autorizemos ninguém a simplificar e a confiscar (...) uma imagem de Portugal mutilada e mutilante através da qual nos privemos de um Futuro cuja definição e perfil é obra e aposta da comunidade inteira e não dos seus guias providenciais. (Lourenço 1992: 118)

Apesar das palavras otimistas de Lourenço, que apontam para a possibilidade de recuperação do sentido original do conceito de saudade – e, portanto, da rica convivência entre passado e futuro que ela fomenta –, o que se observa é que muitos dos que se engajaram na defesa de uma imagem de Portugal como país que almeja esse Futuro, que o crítico defende como essencial, fosse pelo peso excessivo que atribuíam aos valores do passado, fosse por terem dificuldade em ver na saudade o componente dialético identificado por Lourenço, acabaram por investir na construção de uma nova auto-imagem para o povo português, que nenhum ponto de contato tivesse com a de *Povo-Saudoso*.

Em certa medida esse parece ter sido o caso de Nuno Júdice, que, no artigo “O estado do Sítio”, qualifica termos como “identidade nacional”, “destino português” e “portugalidade” como “mimos gordurosos”. Contrastando com a confiança de Eduardo Lourenço, Júdice reserva um tratamento irônico para os problemas relativos à identidade nacional: “O ponto, nisto da nacionalidade, está em termos a humildade

de reconhecer o facto da nossa dimensão bem modesta e, infelizmente, bem pouco acelerada em relação ao progresso – e de a assumirmos de um modo produtivo (48)².

Definitivamente, a julgar por estas considerações, a tal harmonia entre passado e futuro, ou entre tradição e modernidade, ao contrário do que transparece no texto de Lourenço, não é vista aqui por Júdice como uma possibilidade desejável. As tradições, que a permanência do passado no presente atualiza e mantém vivas, são aqui encaradas quase exclusivamente como fardo inútil, na medida em que impedem a percepção do que tenha sido a real dimensão do país no contexto histórico ocidental. O olhar crítico de Júdice não se volta para a eventual especificidade de Portugal nesse contexto amplo – que teria na vivência da saudade, tal como a definem Pascoaes e Lourenço, seguindo a reflexão matricial de D. Duarte, um ponto de apoio importante.

Longe da especificidade, o que ele focaliza é, se não uma igualdade, ao menos a necessidade de se alçar Portugal ao patamar em que se encontram as outras nações. Daí seu interesse pelo progresso, que é, como se sabe, pelo menos na aparência, o inimigo número um da tradição. É assim que, adotando perspectiva oposta à de Lourenço, Júdice ressalta a incompatibilidade entre passado e futuro e o esgotamento de qualquer imagem da coletividade que se construa com o tecido da tradição. Se o fim do texto de um leva a marca da confiança no sucesso da articulação, o outro, assumidamente irônico, fecha suas considerações do seguinte modo:

E, sobretudo, não vamos perder o sentido do humor. Não há nada pior do que ver pessoas sérias, cabisbaixas, deprimidas, a pedincharem ao ceguinho (émulo do Camões da lenda) que não deixe de continuar o fado da lamechice tradicional.

Se há viagens em que cada vez mais menos há para aprender, são estas viagens ao interior de nós. Vive-se o morno conformismo de um charco de rãs a coacharem ao luar. Dantes, o barulho das rãs ainda era abafado pelo das cigarras. Agora que o cimento das urbanizações turísticas correu com estas, a música daquelas entorpece. Mas está bem: é uma adequada marcha fúnebre para estes vários percursos de regresso ao eterno Portugal dos pequeninos. (48)

Como se vê, não há lugar aqui para a dialética. O *Portugal dos pequeninos*, síntese de uma imagem coletiva tradicional, em que o salazarismo intensamente investiu, tem a marca da eternidade e esta não comporta os choques que identificam as relações dialéticas. De acordo com Nuno Júdice, da introspecção coletiva não se retira nada de novo, nenhuma lição, uma vez que o modo de ser do mundo tradicional comporta apenas repetição, nunca novidade. Nesse sentido, aquela proposta de aceitação do passado coletivo feita por Lourenço restringe-se a ser, no âmbito da crônica de Júdice, um indicativo da manutenção do *morno conformismo*, sem a contrapartida

² Nota Bene: os textos serão citados a partir de Júdice 1990, com o número da página.

da *promessa de vida*, ativa e futurante, que se mantém como objetivo final da aposta *saudosa* de Lourenço.

II

Nestes dois textos, temos a síntese de duas formas de pensar tanto a saudade portuguesa quanto a identidade coletiva que ela figura. O confronto entre eles revela as linhas de força que estruturam as discussões em torno dessa problemática. O ingresso de Portugal na União Européia parece ter consolidado aquele interesse em assegurar para o país a imagem de igual entre iguais, tão cara aos princípios da União – situação que a crise econômica deflagrada em 2008 aparentemente não tem alterado. Nesse contexto, aprofundar um problema como o da identidade coletiva usando para tanto determinados elementos pode significar perder tempo indo contra a tendência dominante, arriscando-se mesmo a ser-se associado a forças retrógradas.

Se no campo político e no da investigação acadêmica as questões propostas pela identidade coletiva pelo viés temático da saudade parecem estar resolvidas ou superadas, resta saber se no que diz respeito à produção literária ocorre o mesmo. Também nesse aspecto Nuno Júdice tem algo interessante a dizer. Para ele, em Portugal foi sempre a literatura o veículo escolhido para as tais *viagens ao interior de nós*:

No meio disto tudo, o que acabou por funcionar como fermento de uma animação nacional (e, para mal dos pecados, patriótica) foi a literatura, desde o Fernão Lopes aos *Os Lusíadas*. Isto veio criar à sua volta um terrível equívoco. Espera-se dela que substitua a filosofia, o ensaio, a reflexão política que não temos (e, praticamente, nunca tivemos).

Ora a literatura não substitui nada: é. (...) Obrigar a literatura a pensar é o mesmo que pretender que uma tartaruga ganhe a maratona à Rosa Mota. Obrigá-la a pensar coisas tão superiores como a essência da nação é mais ou menos o mesmo que vestir uma noiva de preto. (48)

Percebe-se logo que também neste quesito o autor vê a presença da investigação sobre os assuntos nacionais como excessiva, a ponto de a literatura – seja ela ficcional ou não – ter sido transformada de fenômeno autônomo em instrumento na definição do que seria esse nacional.

Conhecendo-se, então, o ponto de vista de Júdice quanto ao papel da literatura num tal contexto (como em suas considerações no XXIII Congresso da ABRAPLIP em 2011), torna-se instigante a leitura de seu *Pedro, lembrando Inês*, livro de poemas lançado em 2001 que tem por tema um par da história portuguesa – Pedro I e Inês de Castro – cuja trajetória muito serviu à causa da saudade, compreendida, obviamente, em sua dimensão de veículo para as tais *viagens ao interior de nós*, inúteis, no dizer do autor. O aproveitamento temático do episódio acaba por sugerir uma pergunta: se *a literatura não substitui nada: é*, como trabalhar literariamente um episódio

histórico com tão expressiva carga de significado, justamente em um campo que se considera problemático? As respostas possíveis a esta pergunta podem nos ajudar a compreender o modo pelo qual Júdice, apesar de peremptoriamente negar a própria legitimidade das investidas no campo da reflexão sobre a identidade coletiva, ao desenvolver seu tema fornece a seu leitor uma imagem da saudade que, se não chega a explicitar o estreito vínculo entre o conceito e a coletividade portuguesa, dá ao primeiro um tratamento que o torna digno de figurar como exemplo do que é descrito por Lourenço como ideal saudoso. Em *Pedro, lembrando Inês* Nuno Júdice acaba por assumir-se como viajante por aquelas paragens que ele se recusa a visitar em *O Estado do Sítio*. Resta saber agora que imagens farão parte desse livro de viagem.

III

A associação entre os dois amantes mais famosos da história de Portugal e a saudade é antiga. A literatura de ficção produzida em Portugal a partir do episódio histórico ocorrido em meados do século XIV encontrou um terreno fértil para explorar esse conceito que, como vimos, tem um lugar cativo peculiar entre os assuntos mais caros a esta coletividade. Garcia de Resende, António Ferreira, e Camões, três dos primeiros autores que se ocuparam dele, usaram a saudade para reforçar a intensidade do amor que ligava Pedro e Inês. Antes mesmo do desfecho trágico da história, que teria lançado o que depois foi rei num estado saudoso extremado – a ponto de exigir dele a vingança violenta contra os responsáveis pela morte de Inês – a saudade marcou a relação desse par desde seu início, uma vez que, sendo casado Pedro, então infante, não era possível o convívio mais próximo, a intimidade constante, com a amante.

Ferreira e Camões situam suas obras num cenário em que a saudade domina, pois é a vida de Inês longe de Pedro que serve de ponto de partida para a narração de suas versões do episódio, mas é Resende quem, dos três autores, faz o aproveitamento mais particular da saudade ao deslocá-la de um contexto de experiência amorosa para outro, selecionando-a como um dos principais argumentos de Inês que, perante o rei, defende sua vida. Tencionando mudar a determinação de Afonso IV de matá-la, a amante de Pedro lembra ao avô a consequência, para os netos, de sua morte:

E têm tão pouca idade
que, se não forem criados
de mim, só com saudade
e sua grã orfindade,
morrerão desamparados. (Resende s/d: 149)

Não apenas o amor sensual dá chance a que se vivencie a saudade. Também no âmbito familiar ela pode ser um sentimento poderoso o suficiente para matar, se experimentada em doses excessivas. Apesar da particularidade no aproveitamento

do elemento saudoso neste texto de Resende, ele aparece aqui em sua dimensão menos complexa, como expressão da subjetivação aguda de uma perda irreversível.

De fato, o uso desse recurso pelas versões literárias torna-o complexo à medida que o explora como o sentimento a que se entrega Pedro depois do assassinato de Inês: é justamente nesse ponto da história que a saudade se oferece com toda sua carga de ambiguidade, pois, diante da irreversibilidade da morte da amante, resta a Pedro decidir como lidará com a saudade, se de modo a mergulhar nela, abdicando de viver – situação que lembra o que diz a Inês de Garcia de Resende sobre o futuro de seus filhos – ou transformá-la em combustível para a construção de uma vida ativa, em que não haja lugar para a entrega à morte. António Ferreira encara a ambiguidade, e parece superá-la, ao escolher a segunda opção. Um dos pontos altos de sua peça encontra-se no momento em que Pedro é informado da morte de Inês. O choque da notícia provoca a seguinte reação no infante:

Como poderei ver aqueles olhos
Cerrados pera sempre? Como aqueles
Cabelos, já não de ouro, mas de sangue?
.....
..... Aquele corpo
Que tantas vezes tive nos meus braços,
Vivo e fermoso, como morto agora,
E frio, o posso ver?.....
..... Meu amor,
Já não me ouves? Já não te hei de ver?
Já te não posso achar por toda a terra?
Chorem meu mal comigo quantos m' ouvem.
.....
..... e tu, Coimbra,
Cubre-te de tristeza para sempre. (Ferreira 1961: 147)

Como a tristeza é irmã da saudade, alguém que se restringisse a ler o trecho acima tenderia a concluir que seria com o véu da mesma tristeza saudosa, com o qual desejava ver cobrir-se Coimbra, que Pedro se cobriria para sempre. A partir desse momento, sua vida se converteria em uma ininterrupta rememoração do tempo perdido, como aquela a que se entrega o infante ao saber da morte de Inês. Mas não é o que ocorre. Pedro não se conforma com a idéia de que só a saudade é consolo. Ele precisa reagir à saudade e pela saudade. Assim, ao invés de apenas se deixar levar pela memória, o infante também se dedica à vingança:

Mas eu me matarei mais cruelmente
Do que te a ti mataram, se não vingo
Com novas crueldades tua morte.
Par'isto me dá Deus somente a vida.
.....

Tu, Senhora, estás lá nos Céus; eu fico,
Em quanto te vingar; logo lá voo.
..... o teu amor
M'acompanhará sempre, te que deixe
O meu corpo co teu, e lá vá est'alma
Descansar com a tua pera sempre. (Ferreira 1961: 148-149)

Se o efeito negativo da saudade é o estado de prostração a que ela leva o sujeito, a única forma de reagir a esse estado é usando o sentimento saudoso pelo avesso, ou seja, sem a sua dose de conformismo. É o que faz Pedro. A perda de Inês, e a saudade que ela provoca, é para ele tão insuportável que a única maneira de remediá-la é através da ação. Não uma ação qualquer, mas sim aquela que, se não pode reverter o irreversível, que ao menos seja sentida com a mesma intensidade com que é sentida a perda. É nessa altura que entra em cena a vingança como atitude alternativa para o sentimento saudoso. Evidentemente, o grau de radicalidade de uma reação como esta impede que se veja a saudade como sinônimo de prostração, mas, ao mesmo tempo, a vingança, a ação escolhida por Pedro, está longe de ser um conceito cujo valor é inequívoco. Na peça, a superação da ambiguidade revela-se aparente porque a troca empreendida pelo infante – da prostração saudosa pela vingança mais do que ativa – não é índice do caráter essencialmente positivo da saudade.

Este exemplo é suficiente para indicar que o aproveitamento de um “problema nacional” pela literatura de ficção nem sempre está relacionado com a manutenção de um estereótipo. Na verdade, é através da literatura que as imagens mais problemáticas que uma coletividade traça para si mesma podem libertar-se do campo redutor da estereotipia para figurarem, de maneira a evidenciar sua complexidade, as bases em que se estrutura a própria coletividade. No que diz respeito ao episódio inesiano, não é apenas a literatura que assume esse papel. Também a crítica e a historiografia o fazem. A crítica Carolina Michaelis escreveu *A saudade portuguesa* a partir de um problema suscitado por uma obra literária, *Reinar después de morir*, do espanhol Velez de Guevara, de temática inesiana. Na historiografia, Fernão Lopes, como ocorreu com os três autores citados acima, fez da saudade a moldura para o quadro por ele pintado sobre o amor de Pedro por Inês.

Cronista do reinado de Pedro I, Fernão Lopes figura como referência para a maioria das versões literárias do episódio, de maneira que a imagem dos amantes retratada pela crônica, oficial e com estatuto de verdade, pôde tanto ser reforçada quanto rechaçada pelas versões literárias que se foram acumulando ao longo dos mais de seis séculos de ocorrida a história.

Também no caso de *Pedro, lembrando Inês*, como veremos, é possível estabelecer pontos de contato com o que vai na *Crônica de D. Pedro*, de autoria de Fernão Lopes, que se encerra com o registro do traslado do corpo de Inês de Santa Clara de Coimbra para Alcobça. Entretanto, antes de fazê-lo, o cronista caracteriza o amor do rei para justificar a decisão de Pedro de construir o monumento fúnebre em que serão depositados os restos da amante:

Porque semelhante amor qual el-Rei Dom Pedro houve a Dona Inês raramente é achado nalguma pessoa, porém disseram os antigos que nenhum é tão verdadeiramente achado como aquele cuja morte não tira da memória o grande espaço de tempo. (Lopes 1977: 166)

Neste ponto é igualmente possível identificar a saudade como elemento responsável pela persistência de Inês na memória de Pedro. Foi também a saudade que, instalada nos amantes quando estes viviam separados, serviu para fortalecer os laços entre eles:

Este verdadeiro amor houve el-Rei Dom Pedro a Dona Inês como se dela namorou, sendo casado e ainda infante, de guisa que, pero dela no começo perdesse vista e fala, sendo alongado como ouvistes, que é o principal azo de se perder o amor, nunca cessava de lhe enviar recados. (Lopes 1977: 166)

Registrado o tipo de amor, resta indicar o que dele resulta. Ao fazê-lo, Fernão Lopes toca no problema que, alguns séculos depois, será focalizado por António Ferreira. Se há remédio para a separação em vida, o mesmo não acontece com a definitiva separação provocada pela morte. Em um caso assim, para onde vai esse amor que só tende a aumentar sob a influência da saudade? Pode-se dizer que a crônica também trabalha com a perspectiva de uma reação do rei à devastação que a saudade tende a provocar. Mas aqui a reação é de outra natureza:

E sendo lembrado de honrar seus ossos, pois já lhe mais fazer não podia, mandou fazer um monumento de alva pedra, todo sotilmente obrado, pondo enlevada sobre a campa de cima a imagem dela com coroa na cabeça, como se fora rainha. (Lopes 1977: 166-167)

O monumento é a prova definitiva do amor e é através dele que se tem a medida de que por menos que se possa contra a morte, ainda assim é possível enfrentá-la com as armas da vida, agindo para deixar inscrita na pedra, para sempre, a imagem do amor. Mais uma vez, o que se tem é um tratamento da saudade que retira dela o traço marcante do conformismo.

Em meio ao processo de caracterização do amor do rei, que, como não é difícil perceber, tem na veracidade seu ponto de apoio, Lopes compara-o com o que ele chama de *amores compostos*, intensos como o de Pedro mas inúteis para servirem de ilustração a ele por carecerem justamente da veracidade que sobeja no sentimento do rei:

E se algum disser que muitos foram já que tanto e mais que ele amaram, assim como Ariana e Dido e outros que não nomeamos, segundo se lê em suas epístolas, responde-se que não falamos de amores compostos, os quais alguns autores, abastados de eloquência e florescentes em bem ditar, ordenaram segundo lhes prouve, dizendo em nome de tais pessoas razões que nenhuma

delas cuidou. Mas falamos daqueles amores, que se contam e se lêem nas histórias, que seu fundamento têm sobre a verdade. (Lopes 1977: 166)

Há neste passo uma separação completa entre o que é da ordem da vida – e, por extensão, da historiografia – e o que é da ordem da arte. Esta não pode servir como medida daquela porque não é verdadeira. Nada do que o cronista ainda dissesse poderia estar mais próximo do argumento de Nuno Júdice acerca da distinção entre vida e arte: a literatura de ficção não é medida para o que se passa na “vida real”, seja ela vista em seu caráter coletivo ou privado, porque à ficção importam outros problemas. Nesse sentido, usar o amor de Dido e de Ariadne para explicar o amor do rei equivaleria a substituir o amor verdadeiro pelo fictício. Partindo de uma mesma idéia – *A literatura não substitui nada: é* – a diferença que se estabelece entre o cronista e o artista é que Lopes defende a realidade e Júdice a ficção.

Não é à toa, então, que como artista este último escolha aproximar-se do episódio histórico usando as armas descartadas com desdém pelo cronista. A escolha parece indicar que o diálogo que se vai travar não é com as imagens da identidade coletiva que possam estar contidas no episódio histórico, mas sim com um plano puramente literário, para o qual se vão transferir os personagens históricos. Desse modo, a estrutura do livro de Nuno Júdice recupera as *epístolas* a que se refere Fernão Lopes.

Escritas por Ovídio, as *epístolas* em questão têm o título de *Heróides*, sendo o registro de uma série de amores infelizes – daí não ser difícil, a princípio, a inclusão do amor de Pedro e Inês nesse cenário. Mas se há essa identidade temática entre o episódio histórico e a ficção ovidiana, não se pode dizer que a infelicidade das heroínas da obra do poeta latino tenha a mesma causa daquela com a qual está às voltas o Pedro representado por Júdice. Nas *Heróides* o amor é infeliz porque as mulheres, Dido e Ariadne entre elas, veem-se abandonadas por seus amantes, trocadas por outras depois de experimentarem a reciprocidade do amor. As cartas que escrevem são o registro da infelicidade pela ótica do ressentimento. Se é possível falar em ressentimento em relação a Pedro, não se pode dizer que seja Inês que o motive. Daí que nas *Heróides* o amor esteja misturado ao ódio e em *Pedro, lembrando Inês* a memória do tempo feliz, do tempo em que a união era total, não comporta traços de qualquer mácula.

Até aqui o que se teve foram diferenças superficiais. Aprofundado-as, chegaremos à diferença que importa. As amantes abandonadas dirigem-se a seus amados suplicando que eles voltem. Para elas, a reversão do sentimento de abandono que as atormenta é uma possibilidade. Para o rei, não. Assim, se o desespero que entrevemos nas palavras das heroínas ovidianas é grande, em *Pedro, lembrando Inês* ele aparece fortalecido pela irreversibilidade da situação. Basta pensar que, apesar do abandono em que as heroínas se encontram, há ainda, para elas, a perspectiva de interlocução. Por mais que suas cartas se aproximem de monólogos, seus destinatários podem, em algum momento, dar ouvidos a seus pedidos, voltando atrás em sua decisão. Contrastando com essa situação, há o caráter monológico da escrita de Pedro, que o título do livro sintetiza pela palavra *lembrando*.

Assim isolado com seu sentimento, resta ao rei proceder a uma verdadeira dissecação da saudade, que ele revolve em trinta e dois poemas. Nas *Heróides*, dezoito mulheres tentam atrair seus amantes de volta. Cada uma delas conta sua história e espera que a mensagem chegue a seu destino com eficácia. No livro de Nuno Júdice é a voz de Pedro, só ela, que se ouve, perdida que está qualquer esperança e qualquer vínculo com o mundo exterior, que se encontra além de todas as lembranças. Nesse cenário devastado, nada é dito sobre as circunstâncias que separaram os amantes. Apenas o sentimento que a perda faz aflorar interessa àquele que fala. Entre todas as formas encontradas por esse rei sem reino para dizer a perda, na tentativa de compreendê-la, aquela que responde pelo nome de *Ausência* é a que melhor sintetiza o que se passa:

Quero dizer-te uma coisa simples: a tua
ausência dói-me. Refiro-me a essa dor que não
magoa, que se limita à alma; mas que não deixa,
por isso, de deixar alguns sinais – um peso
nos olhos, no lugar da tua imagem, e
um vazio nas mãos, como se as tuas mãos lhes
tivessem roubado o tacto. São estas as formas
do amor, podia dizer-te; e acrescentar que as coisas
simples também podem ser complicadas, quando nos damos conta da
diferença entre o sonho e a realidade. Porém,
é o sonho que me traz a tua memória; e a
realidade aproxima-me de ti, agora que
os dias correm mais depressa, e as palavras
ficam presas numa refacção de instantes,
quando a tua voz me chama de dentro de
mim – e me faz responder-te uma coisa simples,
como dizer que a tua ausência me dói. (Júdice 2001: 18) - Não está na lista de obras
citadas.

A opção de Júdice ao proceder à exploração do episódio inesiano de fato resulta em um abandono de tudo que possa sugerir ao leitor a natureza histórica do tema. Pedro, que identificamos com o rei apenas pelas referências ao nome de Inês na obra, concentra-se em explorar a ausência da amante pela palavra. No poema acima ele deixa indicado o poder dessa que pode materializar e fazer desaparecer o sonho e a realidade. A memória de Inês, que o sonho atualiza e torna real, só é possível pela palavra, pois foi ela que um dia enformou a realidade compartilhada pelos amantes. Presas as palavras, Inês volta à vida, uma vida que se revela fluida, a única possível, já que, depois de morta, é apenas pela palavra que ela pode escapar à desapareição completa. Daí que Pedro precise dizer a perda tantas vezes, tautologicamente, para fazer da ausência de Inês uma presença que dribla a morte, que seja, ao menos, a ilusão da eternidade. Depois de tantas repetições, o último poema, síntese do sentido da lembrança:

..... Mas é isto o amor:
ver-te mesmo quando te não vejo, ouvir a tua
voz que abre as fontes de todos os rios, mesmo
esse que mal corria quando por ele passámos,
subindo a margem em que descobri o sentido
de irmos contra o tempo, para ganhar o tempo
que o tempo nos rouba. Como gosto, meu amor,
de chegar antes de ti para te ver chegar (...) Tu:
a primavera luminosa de minha expectativa,
a mais certa certeza de que gosto de ti, como
gostas de mim, até ao fim do mundo que me deste. (Júdice 2001: 42)

No último verso a inscrição tumular *até ao fim do mundo* vem acrescida de um *que me deste* para que se reforce o caráter íntimo, privado, da experiência. A leitura que se faz da inscrição atribui-lhe o papel de medidor de tempo. Até ao fim do mundo é o tempo que falta para o reencontro dos amantes, aquele que promete ser definitivo. Mas a fala de Pedro toma outro sentido. O fim dos tempos, escatologicamente considerado, não interessa, interessa, sim, o mundo criado pelos amantes. Esse mundo isolado, que existe por obra do amor, prescinde da crença num plano transcendente para reverter a morte. Seu fim obedece a um ritmo análogo ao da sucessão das estações, ele termina para recomeçar de outra maneira. Na fala de Pedro, o fim do mundo tem a perfeição do todo que se completa pelas partes.

Estas considerações sobre o livro de Nuno Júdice dão a medida de seu esforço para desvincular seu tema de um ambiente marcado pelas leituras voltadas para a “introspecção coletiva”. O único elemento que ele traz do contexto histórico em que se deu o episódio, a referência à inscrição tumular por que acabamos de passar, entra em cena para marcar uma diferença de perspectivas no que diz respeito ao sentido coletivo do episódio histórico. Sem dúvida, o que move Pedro é a saudade, o valor coletivo por excelência, mas a exploração marcadamente íntima desse valor dificulta a sobreposição de imagens da coletividade na imagem do amor construída pelo poema. Dificulta mas não impede que ela ocorra. Se voltarmos ao que diz Eduardo Lourenço no início deste artigo lembraremos que o *Povo-saudoso* é caracterizado como aquele que *apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e outra exige a promessa da vida*. Em *Pedro, lembrando Inês* não é outro o comportamento do rei em relação à finitude. Como se viu, sua lembrança tão persistente da amante morta acaba por levá-lo muito além da busca por aceitar a perda, tendo como objetivo trazer Inês de volta à vida.

No fim, a saudade moderna de Nuno Júdice, aparentemente livre das constrições das imagens coletivas, gastas e cheias de auto-contentamento como se apresentam, não deixa de representar o que o crítico identifica como o melhor da saudade, o que ela tem de projetivo. Talvez sua modernidade venha daí: procedendo a uma limpeza do terreno das imagens coletivas, deixa-o livre para que os valores mais importantes porque mais cheios de complexidade cresçam desimpedidos. Afinal, a saudade

moderna assume-se na sua perfeita complexidade ao articular desimpedidamente os movimentos de projeção e retrospecção:

Não tem tempo, não tem hora,
nem a mínima lógica
É agora!
.....
Parece que a esperança até que dói
.....
É uma saudade perfeita
Com alegria, sofrimento
Só que bem mais moderna
É a glória!
Eu não sei como explicar mas essa saudade é a glória
Ela incide sobre um tempo que não cabe na história
Escapa da consciência e se projeta pra fora (Tatit 1983)

Como acontece na leitura do músico brasileiro Luiz Tatit para o tema da saudade, nesta canção significativamente intitulada “Saudade moderna”, é esse o movimento da saudade deste Pedro que nos chega a partir da perspectiva de Nuno Júdice: incidindo sobre um tempo que não cabe na história, escapando da consciência do rei e projetando-se para fora, a saudade volta a ser um ícone, uma imagem-referência do não-conformismo, do desejo eterno de vida e transformação.

OBRAS CITADAS

DUARTE, D. *Leal conselheiro o qual fez Dom Eduarte, Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Joseph M. Piel (ed.). Lisboa: Bertrand, 1942.

FERREIRA, António. *Castro*. Coimbra: Atlântida, 1961.

JÚDICE, Nuno. O Estado do Sítio. *Ler – livros e leitores*, n. 12, outono de 1990. Cidade onde é publicada? **Número das páginas inicial e final?**

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

LOURENÇO, Eduardo. *Da literatura como interpretação de Portugal. O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. **Número das páginas inicial e final?**

RESENDE, Garcia de. *Trovas que Garcia de Resende fez à morte de Dona Inês de Castro... . Antologia do Cancioneiro Geral*. Lisboa: Ulisseia, s/d.

TATIT, Luiz. *Saudade Moderna. Dilettantismo*, disco do grupo musical brasileiro Rumo, lançado em 1983 pelo selo Lira Paulistana. (<https://www.youtube.com/watch?v=-4nLd63m-Ppo>)

OF HOW MUCH SAUDADE HURTS AND WHAT IT BUILDS

ABSTRACT: Revolving around the lover couple Pedro and Inês, this article proposes a discussion about the place taken by saudade, as a theme and a matter, in contemporary Portugal's cultural and literary imaginary, starting from the combination of several statements featured in the critic and literary production, made by, namely, Eduardo Lourenço and Nuno Júdice.

KEYWORDS: identity; saudade; Eduardo Lourenço; Nuno Júdice.

Recebido em 30 de março de 2018; aprovado em 2 de dezembro de 2018.